



## DIÁLOGOS COM A LITERATURA E AS PARTICULARIDADES: “A PRÁTICA DO NOVO HISTORICISMO” PARA CATHERINE GALLAGHER E STEPHEN GREENBLATT

Dolores Puga Alves de Sousa\*  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
[nehac@ufu.br](mailto:nehac@ufu.br)

*Por um lado, a literatura precisa voltar a ser reinserida em seus contextos históricos, e por outro toda história deve ser lida como literatura.*

**GREENBLATT, Stephen.**



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

Como encarar a falta de uma teoria abstrata capaz de abarcar um método ou uma sistematização coletiva para o novo historicismo? A presença desta teoria seria importante, ou estaríamos enfrentando um período de crítica na análise historiográfica? De quais maneiras posso compreender a pluralidade de visões dentro dessas recentes perspectivas? Enfim, como podemos levar em consideração que este “ecletismo” se fundamenta pelas peculiaridades históricas, presentes não apenas nos antigos e principalmente nos novos objetos de pesquisa (estes últimos como a literatura, as artes visuais e o teatro), mas também na interpretação dos próprios pesquisadores? Aqui se encontram alguns questionamentos possíveis de serem feitos por aqueles que se dispõem a ler *A prática do novo historicismo*<sup>1</sup> de Catherine Gallagher e Stephen Greenblatt, publicado pela EDUSC no ano passado.

---

\* Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista de Iniciação Científica (IC-CNPq) e integrante do NEHAC – Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura.

<sup>1</sup> GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. **A prática do novo historicismo**. São Paulo: EDUSC, 2005.

Ao que parece, indagações como estas foram, durante algum tempo, um importante passo para a formação de ambos intelectuais,<sup>2</sup> dispostos a organizar ao menos uma resposta plausível em suas investigações. No entanto, não se julgaram dignos de respondê-las.

A redação do livro convenceu-nos de que o novo historicismo não é uma metodologia reproduzível nem um programa crítico literário. Sempre que, ao escrever, percebíamos chegado o momento certo para esboçar a lição “teórica”, escharmentar uma nova escola de crítica ou apontar os caminhos da virtude, estacávamos – não por recear a controvérsia, mas por não quisermos ver a longa cadeia da análise meticulosa perder-se nas nuvens da abstração. Por isso desejamos, sinceramente, que o leitor não consiga dizer o que o livro traz de novo; se conseguir, teremos falhado. (p. 29-30)

Em verdade, Gallagher e Greenblatt se renderam à curiosidade epistemológica, compreendendo a existência de uma característica que poderia ser observada como um atributo geral nas pesquisas do novo historicismo: a presença dos questionamentos. O ponto de partida da maioria de suas reflexões, como o fascínio pelo específico e pelas análises dos historiadores (igualmente individuais e plurais), levou-os a perceber que seria difícil estabelecer um contato mais profundo entre as temáticas abordadas em cada capítulo do livro, de modo que este tomou emprestadas as próprias qualidades do novo historicismo.

A obra é em si mesma múltipla, e isso não se dá somente por seus vários tópicos. Nos capítulos “o toque do real” e “Contra-história e anedota” podemos observar a análise da inter-relação entre literatura, realidade, fragmentos anedóticos e historiografia. Em “A ferida na parede”, a exploração das representações construídas acerca da “Presença Real” nas artes visuais, bem como em “A ratoeira”, nas reflexões da relação entre a doutrina eucarística com o texto teatral *Hamlet* de Shakespeare.

No ensaio “A batata na imaginação materialista”, notamos a discussão sobre as significações do tubérculo. E finalmente, em “O romance e outros discursos sobre a suspensão da descrença” o uso da literatura para explicar o ceticismo e as falhas no

---

<sup>2</sup> “Catherine Gallagher é professora de Literatura Inglesa na Universidade da Califórnia [...] e pesquisadora da literatura britânica dos séculos 18 e 19 [...] tem se dedicado ao desenvolvimento de vários tópicos relativos ao romance, historiografia e teoria do romance e da narrativa”. [...].

“Stephen Greenblatt [...] doutorou-se em inglês pela Yale University (1969). [...] Estudioso do Renascimento e acadêmico de vanguarda responsável pelo surgimento dos estudos sobre o novo historicismo nos Estados Unidos, Greenblatt tem exercido o magistério em Berkeley desde 1969”. GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. **A prática do novo historicismo**. São Paulo: EDUSC, 2005. As demais notas referentes à obra serão incorporadas ao corpo do texto.

conceito de “ideologia”, empreendendo, além da peça *Hamlet*, o romance *Grandes Esperanças (Great Expectations)*, de Charles Dickens. É preciso ressaltar, que a escolha dos autores por estes temas, bem como a maneira em que foram apresentados demonstram as diversas possibilidades de apontamentos e que mesmo buscando uma linha de raciocínio que definisse a lógica do encaminhamento das reflexões, a unidade do livro não foi possível; eis a percepção de que existe uma “teia” nas apreciações dos fatos.

Carlos Vesentini já havia discutido sobre essas questões em seu livro *A teia do fato*,<sup>3</sup> no qual apresentou a importância de pensar as produções humanas dentro do processo histórico como um emaranhado de conflitos de interpretações, em que cada um busca sobrepor sua visão sobre outras. Essa disputa de representações também ocorre com os historiadores. Nesse sentido, não há como abarcar alguma cultura na esperança de compreendê-la em sua totalidade: “Qualquer cultura, por mais complexa e elaborada que seja, pode expressar e vivenciar somente um leque estreito de opções oferecidas à espécie humana como um todo [...]”. (p. 15)

Essas considerações introdutórias do livro foram necessárias para que os autores explicassem a busca do novo historicismo pela análise dos discursos e não mais pela crítica às ideologias, pois estas não sendo avaliadas como capazes de apreender as particularidades. Foram exposições imprescindíveis por parte dos escritores da obra, a ponto de ponderarmos mais a fundo a maior disponibilidade de objetos na relação entre História e Literatura – Arte e Sociedade; além de situarmos a própria historiografia como semelhante a uma produção literária. Essa foi a argumentação de Catherine Gallagher e Stephen Greenblatt a respeito dos estudos referentes à “cultura como texto”. Segundo Michel de Certeau: “Encarar a história como uma operação será tentar [...] compreendê-la como a relação entre um lugar [social] [...], procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)”.<sup>4</sup>

Mantendo contato com os apontamentos dos autores, o leitor pode se deparar com uma idéia central: a maneira pela qual os pesquisadores passaram a lidar com a construção dos textos – bem como seus significados –, seja pela cultura que se investiga, seja pela interpretação daquele que a analisa. Assim, o livro apresenta

---

<sup>3</sup> VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

capítulos concernentes a essa tendência historiográfica, que usualmente era vista como contrária aos estudos denominados “oficiais”: a contra-história.

Por meio da anedota e de outros recursos literários vê-se uma gama de possibilidades se ampliando nas práticas dos historiadores. Gallagher debate a maneira como alguns intelectuais reconheceram esta alternativa, a exemplo do escritor e crítico literário Roland Barthes, o qual compreende a anedota como um instrumento encontrado para “interromper as Grandes Histórias”, afirmando que o significado (a narrativa que se constrói) se “confunde” com o objeto investigado.

Este posicionamento era uma das grandes intrigas daqueles que temiam considerar o próprio procedimento do historiador como um conhecimento incompleto: um pequeno fragmento entre tantas visões possíveis. Justamente pelas suas características ficcionais e parciais foi e ainda é instigante a discussão da literatura em seu “toque com o real”. É preciso perceber que a literatura se refere à realidade, e nesse sentido, elas se encontram; porém não são as mesmas. Ao aprofundar nessa perspectiva, Greenblatt sensatamente explora as avaliações do antropólogo Clifford Geertz, o qual acredita ter como trabalho a formulação de “um pequeno drama”: “nossas próprias construções das construções de outras pessoas referentes ao que elas e seus compatriotas diz respeito”. (GEERTZ apud GALLAGHER; GREENBLATT, p. 34)

Todavia, para não se deixar levar pela “armadilha da interpretação”, o autor demonstra a hierarquia determinada por Geertz quando utiliza a técnica do filósofo Gilbert Ryle da “descrição compacta” nas suas investigações. Para o antropólogo, como para Ryle, a “descrição compacta” busca definir, por trás de cada ação, as intenções e os significados do agente. Entretanto, Geertz considera que algumas delas são “mais compactas” que outras; além de defender a idéia de que elas passam a se referir muito mais ao objeto estudado do que a narrativa em si.

Exemplos como o antropólogo Geertz foram colocados estrategicamente no livro *A prática do novo historicismo*, de maneira a mostrar para o leitor as dificuldades que os intelectuais enfrentaram para compreender esta relação entre uma visão de um fato e a realidade. A busca pelo máximo de empirismo e pela escolha de obras reconhecidas – e por isso já canonizadas – para a análise antropológica (no caso de Geertz), era a forma de não se arriscar totalmente nas incertezas do “mundo das interpretações”. A efemeridade e as contradições que podem ser encontradas nas anedotas causavam receio também a estudiosos como Michel Foucault, que, por isso,

buscava normatizá-las ao máximo em suas abordagens. Ao mesmo tempo, essas características anedóticas, igualmente presentes nas “experiências” observadas pelo estudioso cultural Raymond Williams na literatura, faziam-lhe concluir que se tratava de algo “inacessível” e “inarticulável” com a realidade; esta já esquematizada por ideologias históricas.

Gallagher consegue absorver essa discussão ao apontar a relevância do historiador Thompson no que tange suas pesquisas, sempre dirigidas a um olhar mais prestativo às práticas culturais na “experiência” dos operários ingleses. Contudo, ao questioná-lo por prezar apenas a ocorrência da fome em si mesma nos relatos (anedotas) destes trabalhadores, ignorando a presença da batata e seus significados para o proletariado, a autora cobra Thompson pela falta de análise do tubérculo, afinal, a batata teria várias conotações. Como a exemplo do jornalista radical William Cobbet, considerando-a como marca do “submundo”, da porcaria e distante da civilização (diferentemente da maneira em que se considerava o pão, por fazer parte de um processo de trabalho humano até sua produção final), ou como o escritor inglês Arthur Young, que enxergava no tubérculo um fator positivo contra a fome justamente pela sua abundância. Porém, ao manter um posicionamento de cobrança à Thompson, Gallagher parece se esquecer de que, embora este historiador pensasse na importância do cultural, ainda se sentia parte integrante de um movimento materialista. Nestes termos, é necessário pensar que o simbólico ainda era considerado um fator de amplo questionamento e cautelosa abordagem.

Há que se levar em conta que as reflexões acerca do simbolismo da batata se encontram justamente nas preocupações desse novo historicismo, já imbuído pela vontade de investigar temáticas e objetos antes não levados em consideração; como a história do corpo, que poderia ser analisada sob as diferentes influências, aspectos e épocas. Neste caso, a batata se liga à natureza e à terra, o que levava os historiadores a associarem-na com a história do corpo autóctone.

É necessário que o historiador saiba olhar para os capítulos temáticos do livro de Gallagher e Greenblatt de maneira a construir questionamentos. Somente assim, a análise crítica será parte imprescindível nas reflexões do novo historicismo.

Cogitar, por exemplo, pinturas como a *Comunhão dos Apóstolos* de Joos Van Gent e *Profanação da Hóstia* de Paolo Uccello, só será válido no momento em que partirmos de algumas indagações: quais as escolhas possíveis dos artistas ao criarem as

pinturas? O que eles poderiam estar mostrando ou escondendo? Podemos identificar algumas figuras presentes? Nesse sentido, não há uma norma geral de conduta; apenas a consideração de que existem lutas representacionais em jogo.

Recorrendo à Última Ceia – uma representação bíblica –, Joos Van Gent busca uma pretensão de “eternidade” e “atemporalidade” em sua obra; apontando Jesus e os apóstolos dentro da estrutura de uma igreja românica (que apenas se estabeleceu a partir do século XVIII), onde a mesa se transforma em uma espécie de altar. Existe, neste contexto, a busca por uma mistura proposital de tempos históricos diferentes, promovendo uma apropriação<sup>5</sup> da instituição Católica dentro daquilo que ela prega, estabelecendo uma “voz” de autoridade: “Seu escopo é teológico: a Missa católica romana não é uma interpretação institucional ou uma comemoração ritualizada da Última Ceia; ela é a Última Ceia”. (p. 93)

Este movimento de múltiplas significações históricas se dá em todos os dados abordados no livro, de maneira geral. A Hóstia é um elemento banal na pintura de Gent, porque não é este objeto o responsável por dar o caráter teológico desejado pelo artista. Na pintura de Uccello, a Hóstia é o subsídio principal para determinar os acontecimentos trágicos da morte da família de judeus; esta queimada viva por testar o “pão sagrado” na frigideira com o intuito de gozar da fé católica. Diferentemente da obra *Comunhão dos Apóstolos*, a *Profanação da Hóstia* retrata eventos presentes, “reais”, dentro de um determinado tempo e lugar para explicar didaticamente o “milagre da transubstanciação” quando o sangue de Cristo escorre da frigideira.

O próprio judeu foi representado de maneiras distintas: ora a solução é convertê-lo (intenção de Joos Van Gent); ora é destruí-lo (desígnio de Uccello). Todas essas opções nos demonstram aquilo que Raymond Williams afirmou ser a “estrutura de sentimento” dos artistas. Seus interesses moldam aquilo que eles querem relevar do momento histórico em que vivem suas experiências.

Por sob outro olhar e interesse, o judeu e o protestante são a escolha de Stephen Greenblatt para nos dar uma noção da pluralidade. Ambos os sujeitos históricos consideram a Hóstia e a “Presença Real” de Cristo uma relação extremamente carnal com o divino. Para eles, o espiritual nunca poderia se confundir com o mundano. O próprio ritual judaico (o “Êxodo”) não se estabelece pela materialização do sagrado,

---

<sup>5</sup> Termo utilizado pelo historiador Roger Chartier para designar uma reconstrução dos sentidos.

mas sim revivendo constantemente, por meio da memória histórica, aquilo com que os antigos lidaram no passado.

Além das discussões alusivas aos sentidos presentes nos elementos simbólicos, os autores exploraram a questão da descrença, envolvendo seu desenvolvimento pelo processo histórico e construindo uma espécie de diálogo entre os temas dos capítulos, o que acabou demonstrando, muitas vezes, um excesso de informações.

Analisando a pintura de Uccello, Greenblatt aponta a compleição da descrença ainda no século XV: A falta da quarta parede na casa judaica – fator primordial para que pudéssemos ter observado o ocorrido com a Hóstia – exigiria fé ou, como afirma o autor, apenas a “suspensão da descrença?” Gallagher aponta o ceticismo dos protestantes, que questionaram os valores e a conduta católica: “se um rato come a Hóstia, ele recebe Deus?” A autora coloca igualmente Hamlet em uma incógnita: o herói deve fazer a manutenção da tradição ao realizar os desígnios de vingança do pai – que embora morto, continua a se correlacionar à sua vida e à sua carne – ou aceita a sua descrença e não promove a represália ao seu tio assassino e usurpador do trono? No romance oitocentista *Grandes Esperanças* de Charles Dickens, Gallagher assinala a figura do menino Pip (protagonista), como em si mesmo a figura da descrença. Pip é órfão e por isso não possui referências da tradição dos pais. Ele não revive nenhum ritual, somente constrói os seus por meio daquilo que ele imagina; o que a autora denominou de “imaginação social”.

Embora ambos os criadores do livro possam ter exasperado na tentativa de demonstrar a riqueza simbólica que somos capazes de observar, promoveram uma discussão válida para o campo da análise cultural. O diálogo com a obra literária e a artística possibilita enxergarmos que a História não é uma estrutura estável; ela apenas consegue ser avaliada pelo ponto de vista ao qual se está lançando mão.

A falta de uma referência dá vazão a essas obras, na medida em que explora a liberdade em construir possibilidades de ação e pensamento. Aqui está o mote no qual a literatura se refere ao real, quando existe a descrença das coisas estáveis e a possibilidade de explorar as coisas instáveis. Nesta perspectiva, faz sentido o encontro entre a literatura e a “prática do novo historicismo”, pela contínua valorização das interpretações, das narrativas e na visão daqueles que as constroem.